



ATA N.º 10/2016

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2016
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 3 DE OUTUBRO DE 2016

-----No dia 3 de outubro de 2016, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de setembro de 2016 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 27 de setembro de 2016 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal sobre Apascentamento e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público do Município de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Desafetação de Parcelas de Terreno do Domínio Público Municipal, sitas em Torraltinha, Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente a apoios para a época desportiva 2016/2017 – Programa de Formação e Apoio ao Associativismo Desportivo (PFAAD);*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de lançamento de derrama a cobrar no ano de 2017;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aplicar no ano de 2017;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2017;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2017;*
- PONTO 10 - *Apreciação e votação de propostas de Isenção do Pagamento de Taxas:*
 - 10.1 - *Taxa de Licenciamento Especial de Ruído – realização de “Prova de Natação de Mar”;*
 - 10.2 - *Taxas de Licença Especial de Ruído e Alvará de Licença – realização de Prova Desportiva “Rali Bensafrim/Odiáxere”;*
- PONTO 11 - *Pela Legalização e Reabilitação do Bairro da Associação de Moradores 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia;*
- PONTO 12 - *Criação em Lagos do Centro Náutico de Estágios em Vela;*
- PONTO 13 - *Apreciação e votação da Proposta de concessão de condecorações – Medalha de Mérito Municipal.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a



Fl. 109v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 42 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
LCF	José Manuel da Silva Jácome
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	José Manuel Maia dos Santos
TSL	José Alberto Baptista



-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	1 dia	José Manuel da Silva Jácome

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30/03.
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. Vítor Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João)

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso

-----FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a



Fl. 110v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O Sr. Agostinho Matos, a propósito do Ponto 4 da Ordem do Dia, da presente Sessão da Assembleia Municipal - Desafetação de Parcelas de Terreno do Domínio Público Municipal, sitas em Torraltinha, Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Lagos – e no seguimento da sua intervenção proferida na primeira reunião da presente Sessão da Assembleia Municipal, disse que se as parcelas de terrenos estão à venda, ele estava interessado na aquisição das mesmas, para o fim que hoje as mesmas estão a servir, que é para estacionamento, uma vez que verifica-se falta de estacionamento na zona em causa.--

-----O Sr. Miguel Batista, apresentou a sua insatisfação relativamente à desafetação de Parcelas de Terreno do Domínio Público Municipal, sitas em Torraltinha, Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, à empresa construtora Rodrigues & Vermelho. Disse que ele e o seu vizinho, Agostinho Matos, são partes interessadas, no entanto estavam completamente alheios à situação. Solicitou a reversão do processo para que ele e o seu vizinho possam adquirir uma das parcelas em causa. Aproveitou para informar sobre os transtornos que a obra tem vindo a causar a todos os habitantes da zona, ao longo dos últimos dois anos, em particular a si e ao seu vizinho, possuidores de alojamentos locais, devidamente autorizados, acrescentando que as autoridades, quer da força de segurança, quer municipais, têm demonstrado pouca colaboração relativamente às queixas apresentadas. Afirmou ainda que a alteração ao loteamento em causa tinha sido feito às escondidas.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME /CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.50

-----O Sr. António Santos, indignou-se relativamente à limpeza urbana do Concelho, dizendo que o Sr. Vereador Paulo Jorge Reis tem prestado um mau serviço ao Município nesta área. Disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere não devia ter feito publicar um edital, na Freguesia por si presidida, a dizer para as pessoas não darem comida aos animais de rua. Deu a conhecer uma situação de um cidadão que tem a porta do seu quarto fechada por fora e por isso só tem acesso ao mesmo pela janela que dá para a via pública, o que o priva de uma série de situações, inclusive a higiene pessoal, pelo que apelou à Câmara Municipal, no sentido de auxiliar o Município em causa, Sr. Jorge Fausto, a ultrapassar a situação.----

-----O Sr. José Mariano, referindo-se à obra realizada no âmbito do Anel Verde,



disse que o empreiteiro que tinha realizado a obra o tinha feito mal e mesmo assim a Câmara recebeu a obra com anomalias. Disse que uma zona específica, Estrada do Biker, tem umas laranjeiras que por causa do sistema de rega nunca ter funcionado, estão a definhar. Referiu que a zona precisa de ser cuidada o quanto antes, para deixar de ter o lamentável aspeto que tem atualmente.-----

-----O Sr. Jorge Fausto, expos a sua situação relativamente ao acesso ao seu quarto, conforme referido pelo Sr. António Santos.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que gostava de saber se a piscina do empreendimento que está a ser desenvolvido pela empresa Rodrigues & Vermelho, referida pelos Municípes intervenientes, estava a ser construída a abranger umas das parcelas que estão propostas para desafetação e que ocupação estão a ser feitas dos espaços públicos. Referiu que o que foi mencionado pelos Municípes, veio dar razão à LCF quando este Grupo Municipal denunciou a falta de transparência no processo de construção em causa.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que foi gerado um mal entendido após a afixação de editais e cartazes, única e exclusivamente, no largo do Mercado Municipal do Odiáxere, na sequência da verificação do aumento de gatos de rua na zona, porque algumas pessoas os alimentavam com restos provenientes do mercado, o que se tornou uma questão de saúde pública. Referiu que nunca proibiu a alimentação de animais na via pública e não tem intenções de o vir a fazer. Disse existir um programa para capturar os animais e os esterilizados, mas ainda não foi encontrada uma solução para alimentar devidamente os animais de uma forma responsável, para que seja assegurada a saúde pública.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) pergunto ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, se este tinha encetado contactos com associações ou particulares no sentido de encontrar uma solução par o problema dos animais de rua em Odiáxere.--

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse ter contactado duas associações ligadas a animais de rua; em relação a privados disse que ainda não tinha obtido qualquer intenção de ajuda. Acrescentou que tinha a certeza de que iria ser encontrada uma solução para a situação.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou se a casa do Sr. Jorge Fausto era municipal ou privada.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) esclareceu que estava a decorrer um período destinado às intervenções do público, dirigidas à Assembleia Municipal e não à Câmara Municipal. Disse que a Ordem do Dia das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal tem um Ponto destinado a informações por parte da Câmara Municipal e aí é que devem ser colocadas as questões e os pedidos de esclarecimento, por parte dos Membros da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-580-10.-----



Fl. 111v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto, tendo aproveitado a oportunidade para esclarecer que a casa em causa no caso do Sr. Jorge Fausto, é privada, no entanto reconheceu o problema do cidadão e a necessidade e informou que a Câmara Municipal está a acompanhar a situação.-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) leu a seguinte Declaração: “Nos últimos três anos este feriado não existiu. Foi um dos feriados roubados pelo governo PSD/CDS-PP. É um dos feriados e dos direitos repostos pela luta dos trabalhadores, pela ação do PCP, na nova fase da vida política nacional. O Governo PSD/CDS-PP além do feriado religioso móvel, que este ano ocorreu em 26 de Maio e foi então devolvido aos trabalhadores, tinha também eliminado o feriado de 5 de Outubro, dia de implantação da República, que agora se comemora, o feriado religioso de 1 de Novembro e o feriado de 1 de Dezembro, dia da restauração da independência. Quatro feriados roubados, quatro dias de trabalho forçado e não pago. Quatro feriados que este ano, neste novo quadro político, foram repostos e são e serão usufruídos pelos trabalhadores, pondo fim a essa injustiça. Ao longo destes anos, muitos já pensavam que os feriados, como outros direitos roubados, seriam perdidos para sempre, mas houve quem não desistisse, quem lutasse com confiança, com a convicção que seria possível eliminar essas injustiças, que seria possível progredir para uma vida melhor. E com a sua luta conseguiram derrotar o Governo PSD/CDS-PP, enfrentar a política de exploração e empobrecimento e repor direitos roubados. O PCP orgulha-se de ter estado e de estar na primeira linha desta ação, de cumprir os seus compromissos com os trabalhadores e povo português. Mas sendo verdade que com a luta dos trabalhadores e a intervenção do PCP tem sido possível defender, repor e conquistar direitos, mesmo que de forma limitada, é também verdade que a resposta aos problemas e aspirações dos trabalhadores e do povo e às necessidades do País exige a rutura com a política de direita, com o domínio do capital monopolista, com a submissão à União Europeia e ao Euro e a adoção da política patriótica e de esquerda que o PCP defende. Não é fácil, mas é necessário e vai ser possível. Com a luta dos trabalhadores e do povo, com a ação do PCP. Os trabalhadores, o povo português, têm direito a uma vida melhor, a uma sociedade mais justa, a um Portugal com futuro.”-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou sobre o ponto da situação referente à praia para naturistas. Alertou para a falta de limpeza das ruas da cidade. Questionou o que foi feito por parte da Câmara Municipal, relativamente ao uso de pesticidas com glifosatos, no Concelho. Relativamente ao tratamento dos jardins, disse que as plantas não são repostas e que os sistemas de rega, na maior parte dos jardins, não funcionam. Relativamente ao Orçamento Participativo, realizado no ano anterior, perguntou qual o grau de execução das propostas que ganharam. Alertou para o facto da inexistência de iluminação nas rotundas. Disse existir informação na internet de que Lagos tem uma ciclovia, mas tal não é verdade, uma vez que a mesma não existe, pelo que solicitou que fosse corrigida tal informação. Referiu ter feito um requerimento à Câmara Municipal no sentido de lhe ser remetida a lista de contrapartidas não executadas, sendo que recebeu a informação, por parte da



Câmara Municipal, da inexistência de tal lista, quando se sabe que existem contrapartidas não executadas, pelo que agradeceu a revisão do pedido efetuado. Disse não perceber os valores dos escalões referentes aos consumos de água.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) perguntou se a Câmara Municipal tinha conhecimento da data para a retoma das obras na Estrada Nacional 125. Sobre dezasseis habitações em Bensafrim, as quais estão sobre a responsabilidade do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, destinadas a habitação social, e que a Câmara Municipal vai, junto do IHRI, assumir as mesmas, perguntou se a Câmara sabia o estado em que estavam as habitações e quando as mesmas iam ser colocadas à disposição das pessoas. Congratulou a Câmara Municipal pelo aumento das bolsas de estudo e perguntou se, em comparação com o ano letivo anterior, o aumento verificado seria o suficiente para colmatar a procura. Relativamente ao Orçamento Participativo perguntou se a taxa de votação tinha sido satisfatória para a Câmara Municipal. Realçou o facto da Câmara conseguir manter os pagamentos em dia, fruto da melhoria da situação financeira da mesma.-----

-----O Sr. Fernando Marreiros (PSD) começou por realçar a recuperação financeira da Câmara Municipal, a qual tem condicionado algum investimento no Concelho, como por exemplo o melhoramento da rede de abastecimento de água, nomeadamente à União de Freguesia de Bensafrim e Barão de S. João. Sobre os concursos para contratação de pessoal, disse que há necessidade de funcionários, principalmente nas escolas, no entanto não compreendia a abertura de concursos para lugares que tinham ficado vagos na sequência das rescisões por mútuo acordo. Solicitou mais informação sobre o projeto “Smart Cities” e sobre a aquisição de serviços relacionadas com tal projeto. Disse que dada a situação verificada no Concelho sobre a limpeza, disse que a Informação deveria ter dado mais dados sobre a recolha de Resíduos Sólidos Urbanos. Referindo-se a um funcionário da Câmara Municipal, já falecido, o qual tinha um processo judicial com a Câmara Municipal, disse não ficar bem, na sua opinião, o assunto constar ainda na Informação da Sra. Presidente.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que recentemente o Governo tinha colocado à venda uma série de imóveis, sendo um deles o Forte da Meia Praia, razão pela qual apresentou um protesto em nome do Grupo Municipal da CDU, uma vez que se trata de uma alinação de património a particulares, para efeitos turísticos. Aproveitou para questionar a Câmara Municipal relativamente à sua posição em relação ao assunto. Lembrou ainda que a Assembleia Municipal, por diversas vezes, tomou a posição de que o Estado deveria passar o Forte da Meia Praia para o domínio público municipal. Relativamente à inauguração do novo espaço a funcionar no designado Mercado dos Escravos, o Núcleo Museológico Rota da Escravatura, disse que esta designação é que está correta, uma vez que nunca ali funcionou um mercado de escravos. Disse que a informação fornecida ao Grupo Municipal da CDU, na sequência de um Requerimento, sobre as perdas de água, era de todo o interesse integrar a Informação da Sra. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal. Sobre perdas de água disse que existem meses com cerca de 37% de perdas e depois verifica outros meses com 25% de perdas, pelo que questionou a



Fl. 112v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Câmara Municipal sobre tal facto. Relativamente ao tratamento do saneamento básico, perguntou se existia algum problema com o mesmo. Perguntou quando pode ser consultado o programa apresentado por um Ministro e um Secretário de Estado, no Centro de Ciência Viva.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a metodologia da Informação da Sra. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, após três anos, continua a padecer dos mesmos problemas. Referiu que não é feita uma análise de perspetiva completa, não respondendo às questões mais importantes para os munícipes e para os Membros da Assembleia Municipal. Disse que o documento se preocupa em dar uma imagem muito positiva da gestão desenvolvida pelo Executivo Municipal, a qual está diretamente relacionada com os sacrifícios pedidos à população. Referiu que é dada a informação de que a capacidade de endividamento do Município está a aumentar, só que o importante é o diminuir a dívida existente. Disse que a parte da receita que é destinada ao investimento, é insignificante, o que significa que as receitas provenientes dos sacrifícios da população, não são gastas em benefício das populações. Relativamente à obra que vai ser executada na escola do primeiro ciclo existente junto ao Edifícios dos Paços do Concelho Séc. XXI, perguntou se o acesso ao piso superior vai ser só feito através de elevador. Solicitou informação sobre o Programa de Valorização Artística e Promoção do Algarve, o qual vai ter, por parte da Câmara Municipal, um investimento de 1,5 milhões de euros. Relativamente aos espaços museológicos do Concelho e ao investimento que vai ser realizado nos mesmos, disse parecer-lhe demasiado investimento para tão poucos visitantes. Referiu que a questão do Golfe de Espiche continua com uma ação em Tribunal, apesar do PDM de Lagos já ter sido aprovado, tendo ainda referido o elevado número de processos judiciais, solicitando alguns esclarecimentos sobre alguns. Sobre a contratação de pessoa, considerou elevado o número de pessoas a contratar, sabendo-se o peso que estes encargos trazem para o Município. Disse que de 2015 para 2016, passou um saldo de cerca de 22 milhões de euros, sendo que atualmente o saldo de tesouraria é de cerca de 9 milhões, pelo que questionou sobre o destino da diferença. Dado ser dada a informação de que estava a ser arrecada mais receita do que a prevista, relativamente aos impostos cobrados, disser ser bom esse facto ser tomado em consideração, aquando da aprovação das taxas dos impostos municipais a serem cobrados em 2017.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) sobre os manuais escolares que vão ser distribuídos pelos alunos do primeiro ciclo, solicitou informação sobre número de alunos abrangidos, quer no ensino público, quer no privado. Sobre a informação dada relativamente a uma segunda fase de intervenção na Ponte D. Maria, perguntou se a mesma tem a ver com o abatimento de terreno verificado no final da ponte no sentido Lagos – Portimão. Relativamente ao mapa fornecido sobre roturas e fugas de água, perguntou se em junho e julho não se tinha verificado ocorrência ou se os mapas estavam incompletos e questionou sobre o tempo médio da reparação das roturas mencionadas. Perguntou qual tinha sido o valor da água comprada pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) proferiu a seguinte intervenção: “Aproxima-



se o fim de mais um ano de mandato e o que há para dizer sobre a sua informação já foi quase tudo dito pela TSL. Pelo que, permita-me, bem como os caros companheiros da AM, que aborde algumas outras questões; umas, que a sua Informação não contém; outras, que a sua informação desafia. São quatro as nossas questões. I - Primeira questão: Seminário da ANMP. Estivemos, recentemente, por calendário de férias, no Seminário Portugal 2020, realizado pela ANMP em Aveiro. Só assistimos à parte política do Seminário; das quatro intervenções a que assistimos, salientamos as do Presidente do Conselho Diretivo da ANMP e do Sr. Ministro-Adjunto. Todavia, do conjunto das quatro intervenções, houve um facto comum em todas elas: não se ouviu, em momento algum, qualquer referência às AM, mesmo sabendo que, no conjunto das presenças na sala do Centro de Congressos, havia muitos autarcas inscritos pelas AM. Durante duas horas, questionávamo-nos se não estaríamos em lugar errado, uma vez que a finalidade da ANMP tem como missão acompanhar a vida autárquica municipal que, até à data, é constituída por dois órgãos: a AM e a CM. Do que ouvimos, algumas intervenções fizeram renascer as dúvidas que a TSL teve aquando da vinda da AMAL a esta AM para apresentar o programa Portugal 2020. Mas, ficando só pelo Portugal 2020, foi dito e repetido, até pelo Sr. Presidente da República, que, no contexto geral do país, a taxa de execução é ainda muito baixa: e já lá vão 2 anos... E sobre a execução no Algarve, Sra. Presidente, poder-nos-á dar alguma informação, já que a AM pouco ou nada é informada sobre as decisões da AMAL? E sobre Lagos, Sra. Presidente, em que pé estão os nossos projetos? Haverá projetos do Portugal 2020 inscritos nas GOP 2017? Desde já, obrigado pela informação que der a esta AM sobre estas duas perguntas. II - Segunda questão: questão ambiental. Há uma questão a que nos desafia o momento da sua informação, Sra. Presidente, e que é a questão ambiental. A TSL tem na sua forma constituinte além da componente democrática e social, a ambiental. Por isso, hoje, no chegar do Outono, a TSL deseja partilhar com a AM a sua reflexão sobre a componente do espaço público do ambiente municipal. Gostaríamos de partilhar a nossa preocupação sobre uma matéria que, pelo seu eventual melindre, ou pela sua descuidada atenção, a autarquia política e a sua componente técnica e estratégica têm considerado algo secundário, mas que faz parte da seiva vital da Cidade. E que é o arranjo, a conservação e a beleza dos espaços públicos, seja de usufruto coletivo, seja de mera vizinhança. Para melhor explicitar a nossa intervenção, permitam o apoio de um exemplo que hoje faz parte da ordem do dia da nossa sessão: o alvará de loteamento n.º 1/83. Na anterior reunião, um munícipe chamou em reforço da sua argumentação o nome do sr. José Alberto Baptista, acusando - o de ser culpado do processo em apreciação nesta AM. Cuidamos refletir sobre o assunto e essa reflexão levou-nos para um campo mais vasto, o da gestão municipal dos espaços públicos, grandes ou pequenos. Mas, começemos pelo exemplo e começemos por esclarecer que o alvará de 1983 obedecia às propostas em curso para o primeiro PGU de Lagos, que veio a ser aprovado em 1986. Analisada a atual planta do loteamento enviada à AM em Setembro de 2016 pela CM, e confrontando-a com a informação de Novembro de 2015 sobre o processo do respetivo alvará, a TSL constatou duas referências



Fl. 113v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

importantes: a primeira, que a primeira alteração só foi pedida em 2009, e foi promovida pelo titular inicial do alvará de loteamento; a segunda, que desde 2009 a 2015, se chegou ao 5.º aditamento do respetivo alvará. Assim sendo, não percebemos bem como o nosso nome aparece nesta história; se foi para condicionar o nosso voto neste ponto, a TSL informa, desde já, o sentido favorável do seu voto. Porque, neste assunto, o que está em causa é um espaço municipal, candidato a “vazio urbano” a quem a CM quer dar, e bem, uma solução. E com a qual, a TSL concorda. Infelizmente, não foi este o único caso de alterações ou aditamentos aos alvarás aprovados em determinada época, segundo critérios urbanísticos longamente debatidos. Mas, essas alterações ou aditamentos modificaram, forçosamente, as finalidades dos espaços cedidos no alvará original. Para podermos continuar prudentemente e com bom senso a falar sobre esta matéria, fizemos uma pequena busca académica. Escolhemos uma tese de mestrado da Universidade da Beira Interior, datada de 2011, sob o título sugestivo de: As cedências de “Espaços coletivos” como geradoras de vazios urbanos: loteamentos da “Grande Covilhã”. Foi reconfortante saber que as preocupações que temos também moram em outros locais, de tal modo que mereceram um estudo académico - o que deve ter sido altamente fatigante, uma vez que abrangeu alvarás de loteamento desde 1999, ano da aprovação do PDM, até ao final de 2010: foram estudados 42 loteamentos. As conclusões são diversas, mas, por agora e para o nosso caso, só nos iremos focar no que respeita ao campo ambiental; nesta matéria, o estudo centra-se na análise dos “vazios urbanos” que, segundo o mestrando, “entende-se por vazios urbanos todos os espaços públicos cedidos ao Município, nos quais não se concretiza a finalidade a que estavam destinados nas operações de loteamentos urbanos”. Temos, assim, um vasto campo de análise que vai do espaço público já convertido em lixeira, até à inclusão do espaço público no espaço privado ambiental. O estudo começa por se debruçar sobre a evolução legislativa relativamente à cedência dos espaços públicos e à exigência de que os mesmos mantenham a finalidade para que foram cedidos, incluindo, mais tarde, o direito de reversão, caso tal não aconteça. Ao longo dos tempos, o legislador percebeu que nem sempre a imposição das cedências seria benéfica ao Município, pelo que, em 1984, introduziu uma novidade, a saber, a possibilidade de celebração entre o município e os moradores de acordos de cooperação, ou, quando o espaço o possibilitasse ou exigisse, de contratos de concessão. Sem esquecer, a obrigação do proprietário em indemnizar o município, em caso de não haver lugar a cedências. Em 2001, a lei estipula que as parcelas de terreno cedidas ao município sejam integradas automaticamente no domínio público municipal com a emissão do alvará, não necessitando de uma escritura adicional. O estudo constata que, na quase totalidade dos 42 loteamentos estudados, ou por deficiente análise sobre a área dos espaços a ceder e, ou pelas alterações introduzidas nos alvarás, espaços há que não têm possibilidade de uso para zonas de equipamento coletivo, nem para zonas verdes de utilização coletiva: é a esses espaços que o texto designa de “vazios urbanos”. Por isso, sobre este vazios urbanos escreve: “No caso concreto das urbanizações estudadas, deve-se reforçar a ideia de algo tem que ser feito. A existência de espaços livres é uma constante da maioria das urbanizações,



bem como a existência nesses espaços de autênticos vazadouros de lixos e densas vegetações, que pouco dignificam os locais onde se inserem”. Abre-se, assim, um campo de análise que deve desafiar a CM e os seus reputados técnicos do ambiente e urbanistas. É um campo de análise urgente e necessário, caso a CM de Lagos queira ganhar a batalha das pequenas coisas, que serão sempre grandes, do ambiente municipal. Porque, são várias as situações que esses “vazios urbanos” colocam à gestão municipal: vai desde o arranjo municipal ou da freguesia, passa por acordos de cooperação ou de concessão e pode concluir com a afetação dos mesmos à iniciativa privada, sem que nunca os referidos espaços percam a finalidade para que foram cedidos, a finalidade ambiental. No fim, sobre os mais pequenos desses espaços, que estão disseminadas por todo o nosso território municipal, recomenda o autor: “Sugere-se que a este propósito uma utilização mais frequente da figura dos acordos de cooperação, ou do contrato administrativo de concessão...”. Afinal, a recomendação do autor aponta para o cumprimento do artigo 46.º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, o RJEU, artigo que diz, no seu n.2: “Os acordos de cooperação podem incidir, nomeadamente, sobre os seguintes aspetos: a) Limpeza e higiene; b) conservação de espaços verdes existentes; d) vigilância da área, por forma a evitar a sua degradação...”. Sra. Presidente, depois desta referência académica, necessária à TSL para enquadrar o seu pensamento sobre a questão ambiental da Cidade e do Município, voltamos ao centro do nosso espaço urbano. Nos últimos tempos, talvez tenhamos cometido um erro estratégico na apreciação do espaço urbano municipal, citadino ou rural. Concentramo-nos demasiado no Centro Histórico e na sua ARU e, de certa maneira, começamos a dar um rosto de periferia ao resto da Cidade e do Município. E é exatamente nestas quase periferias que a degradação do espaço ambiental mais acentuado está. Quando alguns Grupos Municipais mostram nesta sala esses vazios urbanos em degradação, não deve a CM ficar incomodada, mas, antes, procurar ir ao encontro da solução possível e em tempo possível. O que a CM não deixará de tomar em consideração nas GOP para 2017. Mas, mesmo o próprio Centro Histórico não escapa aos sintomas do vazio urbano; vejam-se, por exemplo, as caldeiras das árvores, com o aspeto de espaços secos, deserto e abandonados, bem como muitos canteiros, como aqui já foi referido. Chegados aqui, e com a mesma prudência com que cuidamos falar neste assunto, uma vez que sentimos que nos faltam mais informações e adequadas respostas, a TSL considera que deveria ser feito um estudo semelhante ao da Universidade da Beira Interior sobre os loteamentos municipais, podendo ter referência o tempo decorrido entre o PGU de 1986 e a alteração do PGU de 2012. Sra. Presidente, sabemos que a situação financeira do Município já se encontra em franca convalescença, pelo que a TSL recomendaria que a CM lançasse também um projeto inovador, não só sobre os “vazios urbanos”, mas sobre todas as cedências feitas, com uma proposta clara de soluções. Então, conheceríamos melhor, depois de sabermos o que cabe ou não cabe nos acordos de cooperação e de concessão, os espaços que podem ser desafetados do domínio público municipal para utilização ambiental de privados. Este projeto é para incluir no programa em curso das “smart cities”. Sra. Presidente, em artigo enviado hoje para o jornal local, escrevemos: “Os



Fl. 114v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

monumentos farão a memória da Cidade; mas, a beleza e a normalidade das pequenas e médias coisas, como o habitat e os seus espaços, serão sempre o lugar feliz na memória dos seus habitantes. Afinal, “a cidade é a experiência que dela temos”, lembra José Rodrigues Miguéis, e a experiência que dela temos começa pelas pequenas coisas e continua na memória pelo modo como as vivemos”. Sendo a nossa Cidade lugar de vida, as GOP 2017, Sra. Presidente, devem ser, também, as GOP das pequenas coisas, sobretudo, ambientais... III - Terceira questão: pedidos de informação. Agora, antes de terminar, alguns pedidos de informação, sobre questões inseridas na sua informação, Sra. Presidente: Há já reação à contestação da CM ao Programa da Orla Costeira? Em relação às Bolsas de estudo, há bolsas universitárias? Sobre o Edital n.º 168/2016, de 27 de Setembro, “Projeto de alteração ao Regulamento e Tabelas de Licenças”, pode a CM dar mais alguma informação? IV - Quarta questão: Estatuto de Oposição. Antes de concluir a nossa intervenção, informamos a AM que a TSL foi ouvida, ao abrigo do Estatuto de Oposição, sobre as quatro propostas da CM para os impostos municipais a incluir no Orçamento de 2017 e constantes da ordem do dia desta sessão da AM.”-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou sobre o ponto de situação dos terrenos vedados entre a Praia da D. Ana e do Camilo.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a gestão dos espaços verdes municipais é uma lástima, assim como o é a limpeza urbana do Concelho. Perguntou sobre qual a razão do Plano de investimentos ter apenas um grau de execução de 26%. Disse que os munícipes de Lagos pagam uma das águas mais caras do País e mesmo assim a receita daí proveniente, não chega para pagar ao fornecedor, pelo que questionou sobre que medidas estão previstas tomar neste âmbito. Disse que a responsabilidade da recolha dos resíduos sólidos urbanos, é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas já verificou recolhas destes lixos pela Algar, pelo que perguntou em que circunstância foram feitas tais recolhas.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o Programa de Valorização Artística e Promoção do Algarve, apresentado no Centro de Ciência Viva, não é um programa municipal, nem a verba envolvida de 1,5 milhão de euros. Referiu que o Museu Municipal é autossustentável, sendo o mesmo, em conjunto com a Igreja de Santo António, o monumento mais visitado no Algarve, estando a ser preparada uma candidatura para a sua ampliação. Sobre concurso para contratação de pessoal, disse que a Câmara Municipal, desde 2010 que não contrata funcionários, sendo que muitos colaboradores têm saído, pelo que existem serviços altamente deficitários de funcionários, em especial o da educação, no que ao pessoal para as escolas diz respeito. Disse que a escola referida pelo Sr. Jorge Ferreira ia ter escadas. Sobre PCs ao Programa Portugal 2020, disse que estavam a ser desenvolvidas várias. Sobre a construção de uma rotunda do Chinicato, informou ter tido uma reunião com a tutela sobre o assunto, mas ainda não foram dadas respostas concretas. Relativamente ao contrato de arrendamento com o IHRU, referente aos fogos sítos em Bensafrim, disse que o mesmo só foi assinado após vistoria aos fogos por parte dos Serviços da Câmara. Sobre as bolsas de estudo disse que as mesmas tinham sido aumentadas para 45, uma vez que esse é o número muito próximo



daqueles que se candidataram no anterior ano letivo. Disse que o processo referente aos projetos aprovados no âmbito do Orçamento Participativo, está em fase de conclusão. Sobre a praia destinada ao naturismo, disse que o processo estava a decorrer. Sobre o Forte da Meia Praia, disse que o mesmo tinha surgido numa lista de edifícios a serem concessionados pelo Estado, mas, entretanto, foi retirado dessa mesma lista, uma vez que o Município não tinha sido consultado. Referiu ainda que o Forte da Meia Praia está bastante degradado, necessitando de uma intervenção urgente, apesar de não ser fácil concretizar tal desígnio.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, sobre o Orçamento Participativo disse que o prazo de execução é de dois anos. Relativamente à ciclovia, disse que existe um site a nível nacional que em relação a Lagos diz: “brevemente”. Reconheceu que o “brevemente” já consta há muito tempo e informou que o processo estava a ser retomado. Sobre a fatura da água disse que são cumpridas todas as regras emanadas pela ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Disse que em parte nenhuma da Informação é dito, ou demonstrado, que a Câmara Municipal recebe um valor inferior, referente à cobrança da água, relativamente ao valor que paga ao fornecedor do bem em causa. Referiu que o saldo de tesouraria no ano anterior tinha sido de 6 milhões, sendo o mesmo, à data, de 9 milhões de euros. Relativamente à Tabela das Taxas e Licenças, informou que a mesma estava a ser trabalhada no seguimento da alteração legislativa.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 53 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 12 minutos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o documento deveria dar informação sobre a atividade da Câmara Municipal, até ao fim de agosto, mas o que verificou foi que muita da informação é dada até ao fim de julho. Referiu que tinha sido dada a sugestão para ser aberto um concurso de ideias para o espaço anteriormente ocupado pela Escola EB 2, 3, mas que nada viu referido sobre tal. Disse ainda ter estranhado a alteração das datas das reuniões de Câmara a se realizarem em outubro de 2016.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) voltou a referir o facto de ter assistido à empresa Ecoambiente, responsável pela limpeza urbana, fazer recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, quando esta recolha é da responsabilidade da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Santos (BE) reformulou as questões relacionadas com a utilização de produtos com glifosatos, o não funcionamento das regas nos jardins públicos, o ponto de situação dos terrenos vedados entre a Praia da D. Ana e a Praia do Camilo e as contrapartidas por executar.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que ao ler a Informação da Sra. Presidente, da Câmara à Assembleia Municipal, notou um cansaço e uma desilusão, implícita no texto de apresentação do documento, no entanto isso não é transmitido com a intervenção oral da Sra. Presidente da Câmara Municipal. Referiu ter tomado boa nota da informação dada relativamente à ampliação do Museu Municipal. Disse que a gestão municipal deve ser partilhada e participada. Referiu que a Ponta da Piedade



Fl. 115v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

necessita de uma intervenção e que deverá ser feito um esforço para retirar o máximo de trânsito do local. Disse que as opções tomadas pela Câmara Municipal, relativamente à limpeza do Concelho e ao tratamento dos espaços ajardinados do mesmo, não foram as melhores. Disse que a situação financeira da Câmara Municipal está a melhorar, mas isso deve-se, em parte, ao não investimento, uma vez que tem que canalizar as verbas arrecadadas para pagar dívida e suportar os custos da mesma e à custa do bem-estar da população de Lagos, que tem, sucessivamente, pago, cada vez mais, impostos municipais. Solicitou informação relativamente ao protocolo assinado entre o Grupo Sonae e a Câmara Municipal. Disse que o tema “turismo” tem que ser apreciado pela Assembleia e pela Câmara Municipal, no sentido de se definir que tipo de turismo se quer para Lagos, uma vez que o Centro Histórico da cidade está transformado num Resort de pouca qualidade. Dirigindo-se ao Sr. José Santos, disse que este se tinha mostrado preocupado com o aumento dos impostos municipais, mas essa é a política da esquerda, aumentar impostos.-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) perguntou qual a razão para a Câmara Municipal ter convidado o PAN - Pessoas-Animais-Natureza, para as comemorações do dia do animal.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que muito se falava muito da “incompetência” da Ecoambiente, no entanto lembrou que esta empresa tinha ganho um concurso público para a limpeza urbana do Concelho. Referiu que a Câmara Municipal está a fazer um esforço no sentido de resolver o problema da recolha nos Resíduos Sólidos Urbanos, tendo, para o efeito, adquirido novas viaturas. Louvou a recuperação financeira da Câmara Municipal e disse que não se pode ter tudo ao mesmo tempo, neste caso, recuperação financeira e investimento. Perguntou se é fiscalizado o trabalho das empresas que tratam dos espaços ajardinados do Concelho, uma vez que verifica muita anomalias a esse nível.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a legitimidade da Ecoambiente estar a prestar o serviço nunca foi colocada em causa, colocada em causa é sim o mau serviço que a empresa presta ao Município.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, informou que todas as artérias que sofreram melhoramentos no Concelho, foram devidamente analisadas e aquelas que tiveram indicação para substituição de infraestruturas, as mesmas foram substituídas, pelo que considerou que a Câmara Municipal está a desenvolver um razoável trabalho a nível das infraestruturas viárias e de abastecimento de água. Referiu que muitas das vezes os espaços das urbanizações cedidas à Câmara Municipal, transformam-se num encargo para o Município. Referiu que vai ser elaborado o cadastro referente às infraestruturas. Sobre a recolha de RSU por uma viatura da Ecoambiente, disse que tal facto se deveu ao facto de se verificar a necessidade de reforçar a recolha de tais resíduos num espaço de tempo, sendo que das três empresas consultadas a Ecoambiente tinha sido a que tinha apresentado melhor preço para o aluguer de um carro de recolha de RSU's. Sobre a recolha dos recicláveis, informou que a Algar tinha terminado o reforço destacado para a época alta, pelo que já se estava a verificar as ilhas ecológicas lotadas, situação essa já



reportada à Algar. Sobre a utilização de glifosatos disse que as empresas de jardinagem só utilizam produtos autorizados. Sobre a limpeza urbana reconheceu a existência de algumas anomalias, no entanto informou que são efetuadas vistorias e que existem pareceres dos técnicos. Relativamente à manutenção dos espaços verdes, disse que sempre que é verificado que o caderno de encargos não está a ser cumprindo, são aplicadas as respetivas sanções.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou quem fazia a recolha, atualmente, nas ilhas ecológicas.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a responsabilidade da recolha dos resíduos colocados nas ilhas ecológicas é da Algar, sendo que esta empresa contrata, no Verão, outras empresas para reforçar as recolhas. Acrescentou que a Algar não cumpriu o seu dever em muitos Municípios do Algarve, pelo que está a ser estudado uma maneira de manifestar o desagrado por esses incumprimentos por parte das Câmara Municipais do Algarve que se sente lesadas. Sobre o protocolo entre a Sonae e a Câmara Municipal, disse que algumas coisas têm, avançado, outras têm estado paradas. Sobre os concursos para admissão de pessoal disse que os mesmos cumprem a lei. Sobre o concurso de ideias para o espaço da antiga escola EB 2, 3, n.º 1 de Lagos, disse que o espaço tem todas as características para a construção de uma nova escola, pelo que não se justifica fazer um concurso de ideia para ao espaço em causa. Referiu que está a ser tratada a farda para os funcionários que fazem atendimento ao público. Sobre a alteração das reuniões de Câmara em outubro, disse que tal alteração deve-se ao facto do dia 5 de outubro ter voltado a ser feriado nacional.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que não tinha obtido respostas a duas questões suas.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, em relação à resposta recebida pelo Sr. José Santos, por parte da Câmara Municipal, relativamente às contrapartidas que estão por executar, a qual lhe transmite que não existem contrapartidas por executar, quando se sabe que existe, algum erro se verificou opor parte da Câmara Municipal, pelo que iria averiguar a situação. Sobre a vedação do terreno entre a Praia da D. Ana e do Camilo, disse que a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, é que detém o assunto.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou se na próxima Sessão da Assembleia Municipal seria trazida a lista das contrapartidas por executar.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, respondeu afirmativamente.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que um dos concursos de admissão de pessoal tinha sido alterado porque o Provedor de Justiça assim o tinha determinado. Sobre o concurso de ideias para o espaço da antiga escola, disse que a informação dada pela Sra. Presidente nunca tinha sido falada nas reuniões de Câmara. Relativamente à alteração das reuniões de Câmara Municipal em outubro, disse que quem determinou as datas iniciais tinha sido a Sra. Presidente da Câmara Municipal, mas quem autorizou a alteração tinha sido o Sr. Vice-Presidente, situação que não considera correta.-----



Fl. 116v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----SAÍDA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante esta intervenção, ausentou-se, definitivamente, da sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME /CARGO DO MEMBRO	HORA
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)	0.08

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a Câmara Municipal tinha aberto quinze procedimentos concursais, sendo que se verificou uma má interpretação, por parte dos Serviços, relativamente a um dos procedimentos, sendo depois corrigida a situação. Sobre a alteração das datas das reuniões de Câmara Municipal, disse que as mesmas foram alteradas pelo Sr. Vice-Presidente porque na altura estava ausente do Município, em representação deste, mas o Sr. Vice-Presidente antes tinha falado consigo, pelo que as datas foram alteradas com o seu consentimento.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) voltou a afirmar ter visto viaturas da Ecoambiente a fazer recolha de RSU's, pelo que perguntou em que âmbito são realizadas tais recolhas.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que já tinha esclarecido esta questão.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que não se sentia esclarecido.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que um ajusto direto ou um concurso público, implica monitorização das atividades. Referiu que a limpeza urbana e a recolha de recicláveis, está colocada em causa, pelo motivo da prestação de um mau serviço, sendo que o dominador comum é a Ecoambiente, uma vez que é esta empresa que faz a limpeza urbana do Concelho e foi contratada pela Algar para reforçar a recolha que é da responsabilidade da Algar. Relativamente a perdas de água, disse que verifica a perda de cerca de um milhão de euros por ano e tal facto tem que ser bem ponderado.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 6 de outubro de 2016, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 18 minutos, da madrugada do dia 4 de outubro de 2016, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF), Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado(PS).-----